



# SINTESPE

Impresso Especial

68001455/04 - DR/SC  
SINTESPE

CORREIOS

Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Estadual de Santa Catarina

Praça. Olívio Amorim, 82 - Centro - Florianópolis/SC - CEP: 88020-090 - Ago. Set./2011 - (48) 3223-6097 / [www.sintespe.org.br](http://www.sintespe.org.br)

SERVIDORES ESTADUAIS

## ASSEMBLÉIA GERAL

**22 SETEMBRO**  
**14 Horas**

**Local: Clube 12 (Florianópolis)**

**Reposição das Perdas 30,88%**  
**Aumento do Auxílio-alimentação**  
**Política Salarial, JÁ!**

Desde 2006, os valores dos vencimentos fixados para os níveis iniciais da tabela do quadro de pessoal das Secretarias, Autarquias e Fundações foram mantidos congelados. O descongelamento aplicado em quatro parcelas a partir de julho do ano passado apenas recompôs a hierarquia entre o inicial e o final do vencimento de cada categoria funcional, sem no entanto, repor as perdas acumuladas ao longo dos anos. Desta forma, o vencimento inicial que corresponde ao piso (Classe I - Nível 1 - Referência A) ficou congelado em R\$ 760,00. Situação idêntica foi praticada para as categorias de serviços auxiliares, nível médio e nível superior, respectivamente com vencimentos iniciais de R\$ 820,00, R\$ 900,00 e R\$ 1.200,00.

### Perdas salariais de 30,88%

Isso resulta em perdas de 30,88%, com base no INPC acumulado de abril de 2006 a maio de 2011. Este é o índice que o SINTESPE esta incluindo como primeiro ponto da pauta de reivindicações, e desde já conchama a categoria e os dirigentes das associações a se integrarem nesta luta.

### Fixação da Data-Base com Política Salarial Anual

Desde que assumiu, o Governador Raimundo Colombo ainda não se manifestou quanto as reivindicações dos servidores estaduais. Os servidores continuam a ter subtraído o direito ao reajuste anual previsto na Constituição. São 10 anos consecutivos sem reajuste anual e com o valor do vale alimentação congelado. Enquanto os servidores dos Poderes Judiciário, Ministério Público, TCE e Legislativo, já tem assegurado em Lei o direito ao reajuste anual, os servidores do Execu-

tivo continuam a ver navios. O último reajuste geral concedido aos servidores foi de 1% mais abono de R\$ 100,00, em 2003.

Se de um lado tem congelamento, do lado da arrecadação sobre aumento. Pelos dados da Secretaria da Fazenda, somente no período de 2006 a 2010 a Receita Corrente Líquida do Estado teve um crescimento de 76%. Isto, sem contar com que o governo do Estado tem praticado uma política de renúncia fiscal, onde em 2010 deixou de arrecadar R\$ 4 bilhões. Os servidores têm seu direito constitucional desrespeitado e o cidadão catarinense não vê as melhorias que se fazem necessárias na Saúde, na Educação e na Segurança Pública.

### Data-Base com definição de política salarial é urgente

Mais uma razão para acabar com a divisão no meio do conjunto dos servidores. A luta pelo aumento e pela isonomia das gratificações não podem deixar de lado as perdas salariais e a falta do reajuste anual. Somente a partir do retorno a luta unificada dos servidores das Secretarias, Autarquias e Fundações é que se pode vislumbrar o fim desse verdadeiro assalto a luz do dia no contracheque da categoria.

### Retorno da Promoção por Tempo de Serviço

O governo Luiz Henrique poderia ser chamado "Senhor Congelamento". Congelou o vencimento, o auxílio refeição, as promoções, a concessão da gratificação de atividade de nível superior e pôs fim a política salarial que existia até 2001. A partir de 2006, até as progressões funcionais foram

interrompidas, sendo que os servidores da ativa permanecem no mesmo nível e na mesma referência há mais de cinco anos. O retorno a promoção por tempo de serviço e por curso de formação é outra reivindicação urgente que integra a pauta.

### Adicional de Graduação

É comum e histórica as situações injustas de disfunções no meio dos servidores. Ocupantes de serviços gerais ou auxiliares que exercem funções de nível médio ou nível superior, todavia não recebem qualquer diferença pelas atribuições, mesmo possuindo habilitação. Esse tipo de injustiça tem sido enfrentado e resolvido no Judiciário, no Tribunal de Contas e no Ministério Público, por meio de leis que inovaram com o "Adicional de Graduação" por meio de um percentual fixo. Este adicional não se confunde com o Adicional de Pós-Graduação. Em vários municípios catarinense, prefeituras vem implantando tal dispositivo legal que visa incentivar os servidores a prosseguirem em sua formação acadêmica tendo como contrapartida a melhoria na sua remuneração, sem precisar mudar de cargo. Mais uma reivindicação geral que precisa da conscientização e da união de todos independente do local de trabalho.

Entre outros itens a pauta inclui ainda a manutenção do Porto de São Francisco do Sul 100% Público; concurso público para o setor de infraestrutura (Deinfra); concurso público para o sistema prisional. Aumento do Auxílio Refeição com extensão aos Aposentados, Manutenção da Paridade entre ativos e aposentados, fim da contribuição previdenciária para os aposentados, Isonomia dos percentuais de gratificação e sua extensão para todos, são outros itens que integram o centro das reivindicações que serão abordadas na Assembleia Geral do dia 22/09.

### Principais reivindicações

- pela data-base (política salarial);
- reposição das perdas 30,88%;
- adicional de graduação para todos;
- fim do congelamento do vale-alimentação;
- retorno da promoção por tempo de serviço;
- manutenção da paridade entre ativos e aposentados;
- revogação da lei das OSs - não a privatização;
- fim do desconto do imposto sindical;
- 100% da gratificação para todos;
- aplicação da gratificação de produtividade sobre o vencimento atual do servidor;
- Porto de São Francisco 100% Público

#### Crescimento da receita do Estado:

**76,49%**

Ano	Valor Arrecadado
2005	6.718.512.035,68
2006	7.376.828.375,34
2007	8.498.347.955,31
2008	10.420.660.160,86
2009	10.405.660.160,86
2010	11.857.683.741,63

# SINTESPE participa da Plenária da CUT e propõe o fim do ajuste fiscal

Dentre os 280 delegados que participaram da 13ª Plenária Estadual de CUT, realizada entre os dias 30 de agosto e 1 de setembro, o SINTESPE se fez representar com 12 integrantes.

No tema “Serviços Públicos”, os delegados do SINTESPE propuseram que a CUT tome a iniciativa de constituir Comitê em Defesa da CASAN, engajando-se junto aos trabalhadores e chamando outras entidades sindicais e populares a lutarem pela retirada dos projetos de leis (e EC) que o governo Colombo enviou para o Legislativo. Foi ainda apresentado ao texto submetido a votação da Plenária o fim da terceirização da merenda nas escolas estaduais. A terceirização da merenda escolar trouxe prejuízos como a demissão de merendeiras, aumento do custo para o Estado - que saltou de R\$ 70 milhões, no modelo de autogestão, para R\$ 150 milhões com a terceirização.

Com relação ao Porto de São Francisco, o SINTESPE defendeu a continuidade da concessão ou delegação pela União ao

Estado de SC. Qualquer outra alteração da delegação só pode acontecer com a garantia de que o Porto de São Francisco seja público e sem transferência da sua gestão a iniciativa privada, com garantia dos direitos dos trabalhadores públicos e privados envolvidos na administração e operação do Porto.

O SINTESPE destaca a importância da CUT/SC acionar os deputados federais catarinenses com os compromissos com a classe trabalhadora para que pressionem pela segunda votação e aprovação da PEC 438 que destina para a reforma agrária as terras onde forem encontrados trabalhos análogos ao escravo.

Para concluir os representantes do SINTESPE propuseram que a CUT enfrente a questão da desindustrialização, com toda a independência, tendo em conta os interesses dos trabalhadores e da nação, chamando a unidade de ação os sindicatos concernidos e todas as centrais sindicais. Além disso, que a CUT firme a posição contra a política de ajuste fiscal



Doze membros da diretoria do Sintespe participaram da 13ª Plenária

que tem sua origem nos ditames do FMI e do Banco Mundial, que buscam impor metas de superávit primário visando privilegiar o pagamento dos juros da dívida. Neste sentido a CUT deve se dirigir a presidente Dilma Rousseff para demonstrar

que esse receituário já conhecido na era FHC, não serve para o conjunto da classe trabalhadora, pelo contrário, impõe sacrifícios ao povo que se vê privado do acesso aos serviços públicos e desrespeita a soberania nacional.

## Deliberações da Assembleia resultou na audiência com a Secretária Ada de Luca

Os servidores da Secretaria de Justiça e Cidadania (SJC) decidiram em Assembleia Geral, que estarão mobilizando e organizando a categoria em cada unidade da SJC, para discutir e avaliar a atividades e pressionar o governo. Em reunião no dia 13/09, a categoria decidiu ir a SJC para forçar a Secretária Ada de Luca a receber os representantes da categoria. A diretoria levou mais uma vez para a Secretária um documento com os pontos prioritários a serem atendidos pelo governo deliberado na Assembleia do dia 11/09. Entre os pontos está a incorporação do abono de R\$ 590 (Agentes) e R\$ 250 (Administrativo) ao vencimento conforme a Lei 254/2003. A Secretária se comprometeu a fazer os estudos de impacto financeiro, e afirmou que vai insistir para que o governo atenda os servidores.

Outro apontamento feito pelos agentes foi referente ao assédio moral nos locais de trabalho. Os servidores reclamam do tratamento desrespeitoso dado por alguns diretores aos seus subordinados. Muitos profissionais estão sentindo-se oprimidos. Outra denuncia de que os agentes penitenciários estão fazendo a guarda de muralha, sem preparação e equipamentos de segurança de qualidade (sem armas adequadas, número de agentes insuficientes, abono de permanência cancelado). Na Penitenciária Sul (Criciúma) a quantidade de problemas na unidade não param, por exemplo, são quatro PM's por plantão. Os agentes atuam sem equipamentos de trabalho, número reduzido de agentes por plantão. O Deap repetidas vezes, retira muitos agentes dos plantões para exercerem in-



Categoria da SJC organizada para exigir as reivindicações

tervenções em outras unidades do estado ao invés de convocar quem está de folga nas suas Unidades, conseqüentemente a Penitenciária fica com quadro de pessoal reduzido pondo em risco todo sistema.

O SINTESPE alerta e está realizando um amplo dialogo sobre o Sistema Penitenciário/ Socioeducativo. O que está ocorrendo com Sistema é muito sério, pois a nossa categoria está sendo atacada por gestores privatistas. Quem deveria nos proteger, nos ataca, precisamos preservar a nossa classe, contra os ataques da terceirização e privatizando do Sistema. Observem o absurdo: Anúncio publicado no Jornal Notisul (www.notisul.com.br), de Tubarão (SC), do dia 31/08/2011, dizia: “...contrata-se cem (100) pessoas, ambos os sexos, para atuarem na nova Unidade Prisional de Tubarão...” Para a vaga não era necessário ter qualquer experiência, salário de R\$1.000,00(mil reais).

O Governo do Estado da todas as condições para o sucateamento da estrutura dos órgãos públicos. O exemplo do que tem sido feito com a CASAN, CELESC e com os Hospitais Públicos, Deinfra/Deter. Não investe, para depois entregar o serviço para o setor privado. Exemplo concreto pode ser observado em atitude da Secretaria da Justiça e Cidadania que entregou para a Empresa Ondrepsb (da família Berger e dos prefeitos da Capital e São José), empresa que já está atuando na Unidade de Itajaí/SC.

Companheiros (as), a nossa luta é combater todo tipo de privatização, assédio. Não tenhamos medo de lutar, vamos juntos, combater a opressão e as perseguições. Quem estiver sofrendo perseguições, nos locais de trabalho por defender o serviço público, deve procurar o sindicato.

## Servidores do IMETRO/SC cobram da Direção solução da pauta

A diretoria do SINTESPE esteve por duas oportunidades, participando de reuniões com a direção e no segundo momento com a presença do presidente do IMETRO/SC Luiz Carlos Silva, no 12 de julho, foi acertado o compromisso em enviar para ALESC, projeto de ajuste da gratificação com aval do Grupo Gestor do Governo. Foi cobrado pelos diretores do SINTESPE a complementação do vale-alimentação conforme o valor estipulado no Edital 001/2006, o chamado dos concursados e a continuidade da elaboração do Plano de Cargos e Salários. O SINTESPE entende que a categoria precisa estar mobilizada e organizada, para cobrar definição da pauta dos servidores do IMETRO/SC. Infelizmente até esta data, nenhum encaminhamento oficial da Direção do IMETRO/SC foi apresentado ao sindicato.

O Setor Jurídico do SINTESPE solicita aos servidores ou seus herdeiros, conforme relação que segue abaixo, que façam contato com o sindicato para tratar de assuntos referentes às ações judiciais.

Maria Madalena A. Santos (SES)  
Pedro Rosalves de Assunção (DEINFRA)  
José Juventino da Silveira (DEINFRA)  
Leonides Cardoso (DEINFRA)  
Maria Inez Medeiros Esmeraldino (SES)  
Nelsi Olga dos Santos (SES)  
Margot Irmela Staats Pires (SES)  
Tânia Juçara Silva Chiste (SDS)

### Herdeiros:

Dolores Antonia Alves (SED)  
José Mendes do Amaral (DEINFRA)  
José Eloi F. Camargo (DEINFRA)  
Paulo Adolfo Mariano (DEINFRA)  
Luiz Mario Cunha Carneiro (DEINFRA)  
Norberto Albrisch (DEINFRA)  
Manoel Delfino (DEINFRA)  
Maria José Araújo (SED)  
Carmen Itelvina Basílio Moreira (SED)  
Maria de Lourdes Silva (SES)

fatma e deter

**Regularizadas gratificações dos servidores do DETER e FATMA**

Após quase um ano de expectativas, angústias, manifestações e muita pressão, finalmente o governo regularizou a legislação que instituiu as gratificações de produtividade para os servidores do FATMA e DETER.

Os servidores da FATMA foram os que mais se mobilizaram, sempre como o apoio da Associação e do SINTESPE. Não foram poucas as manifestações em frente ao Palácio, na Assembleia Legislativa e em frente a Instituição, onde por quase 60 dias ininterruptos foram feitas reuniões e vigília e pressão para ver contempladas não só a regularização como também a perspectiva de avanços, finalmente conquistados. No DETER a mobilização dos servidores começou tarde, quando os projetos de leis já estavam em fase final de redação, todavia conseguiram a retroatividade da lei e o pagamento dos atrasados.

É na luta que se conquista. Estes exemplos só reforçam a importância pela data-base com reajuste anual e pela reposição das perdas. Isto permite que vencimento e gratificações sejam corrigidos.

100% contra o imposto sindical

**Imposto Sindical – Sintespe é contra**

Os servidores estaduais querem saber onde foi parar o dinheiro descontado pelo Governo do Estado na folha de pagamento do mês de março de 2011, com o título de Contribuição Sindical, correspondente a um dia de trabalho por ano.

Em relação aos valores descontados dos servidores das secretarias, autarquias e fundações, nada foi depositado na conta bancária do SINTESPE. Repetimos: nenhum recurso financeiro foi depositado até a presente data (14 de setembro de 2011) na conta bancária do SINTESPEE, nem mesmo os valores descontados nos anos de 2009 e 2010.

No início deste ano, o SINTESPE se antecipou e em audiência com o Procurador Geral do Estado, Dr. Cerpa, protocolou documento requerendo que o Estado não procedesse o desconto do “Imposto Sindical” dos servidores estaduais.

Um mês depois o Procurador respondeu, afirmando que havia determinação judicial 2008 e que caberia a Secretaria da Administração processar os descontos de um dia de trabalho do servidor.

Diante da determinação do Governo, e seguindo orientação da Superintendência Regional do Ministério do Trabalho e Emprego de Santa Catarina, o SINTESPE encaminhou no mês de março expediente aos Órgãos do Estado com as Guias de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana.

O tempo se passou e recentemente, em 8 de julho de 2011, em resposta ao pedido de esclarecimentos do SINTESPE, por meio da Informação nº 5.223/2011, o Gerente de Remuneração Funcional, Valmir dos Passos com o “De Acordo” do Diretor de Gestão, Luiz Antônio Dacol, atestaram a inacreditável declaração: “Como os sindicatos locais não são filiados a Confederação dos Servidores Públicos do Brasil – CSPB, que em decorrência de um acordo firmado com o Estado deve ficar com 20% do valor do total arrecadado, respeitada a habilitação de outra entidade sindical de 2º ou 3º grau, e que a Caixa Economia Federal não reconhece o registro de uma

entidade superior na GRCSU e de um sindicato que não é a ela filiada (grifo nosso) o Estado deixou de recolher a parcela devida ao sindicato local, uma vez que, retido o valor devido a CSPB, restaria apenas uma fração do montante para a guia do sindicato. Neste caso, a Caixa Econômica Federal subtrairia ainda 40% para o Ministério do Trabalho e Emprego, resultando num depósito inferior ao parâmetro legal.” Conclui a o expediente da Diretoria de Gestão da Secretaria da Administração: “Assim, a contribuição sindical foi descontado de todos os servidores da Administração Direta, Autarquias e Fundações do Poder Executivo Estadual no mês de março de 2011 e o valor arrecadado foi repassado integralmente à Caixa Econômica Federal, sendo 20% destinado à CSPB (conforme acordo judicial) e 80% para o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.” Neste caso as guias encaminhadas pelo SINTESPE simplesmente foram engavetadas ou jogadas no lixo.

Em relação aos valores descontados dos demais servidores do Executivo, o SINTESPE já ingressou com mais uma ação judicial, denunciando um acordo espúrio entre a Procuradoria e a tal de Confederação dos Servidores do Brasil, entidade fantasma e desconhecida dos servidores estaduais. Tal “acordo” pode ser colocado em suspeição já que o Estado deixou de fazer os recursos junto às instâncias do judiciário no 3º grau, aceitando a posição cômoda de fazer jogar a conta nos ombros dos servidores.

É importante deixar claro que a Contribuição Sindical, também apelidada de “Imposto Sindical” não se confunde com a mensalidade dos associados que resulta de uma relação de vontade entre o servidor sindicalizado e o ente sindical. A mensalidade não é imposta por lei e sim regida pelo Estatuto Social. Mais ainda, não depende de Guias de Recolhimento, pois não é Tributo Federal.

Por última, a atual Direção do SINTESPE, declara que qualquer recurso financeiro que por ventura vier a ser crédito na conta do Sindicato, assim como procedeu em re-

lação aos servidores do TCE, será devolvida integralmente aos servidores interessados. E mais, que o SINTESPE esta tomando as demais medidas visando fazer denúncia junto ao Ministério Público Federal, pois o Governo do Estado não tem cumprido nem ao menos a legislação que rege a Contribuição Sindical, contribuição esta inclusa dentre os Tributos Federais. Aos Sindicatos cabe receber uma parcela que pode ser repassada pela União.

Sobre o tema “Imposto Sindical”, conheça questões históricas deste Tributo no site do SINTESPE ([www.sintespe.org.br](http://www.sintespe.org.br) – banner “Imposto Sindical – somos contra”).

**Imposto recebido imposto devolvido**

**O ÚNICO VALOR RECEBIDO O SINTESPE JÁ DEVOLVEU**

Ao contrário do Executivo, o Tribunal de Contas (TCE) recebeu as mesmas Guias que o SINTESPE havia encaminhado a todos os Órgãos e não seguiu as rotas contadas pelos setores competentes do Executivo. O TCE procedeu o depósito dos 80% na Guia de Recolhimento do tributo federal indicando no campo apropriado o nome do SINTESPE como entidade de base. A Caixa Econômica por sua vez aceitou o depósito, procedeu a distribuição junto ao Governo Federal, e efetuou o depósito na conta bancária do SINTESPE, no valor equivalente a 60% dos 80%, ou seja, o SINTESPE acabou recebendo tão somente 48% do valor total descontado do servidor.

100% público

**Continua a luta contra a privatização da Casan**

Prosseguem as manifestações sindicais contra os projetos de Lei e de Emenda Constitucional encaminhado pelo governo Colombo à Assembleia, que abre caminho para a privatização da CASAN e, posteriormente a CELESC.

Com o projeto de Emenda Constitucional tenta alterar a PEC04/2010, que obriga a realização de consulta pública para a privatização de empresas controladas pelo Estado. Com o projeto de Lei em tramitação em regime de urgência pretende o governo vender as ações da CASAN, permitindo ainda que sócios minoritários tenham poder de veto às iniciativas do controlador acionário que o Estado de Santa Catarina. Nesse caso os sócios minoritários passariam a ter força de definir ou vetar projetos estratégicos da empresa.

O SINTESPE tem apoiado as mobilizações convocadas pelo SINTAEMA, que em conjunto com sindicalistas e parlamentares, estão preparando uma assembleia geral que incluí os trabalhadores da CELESC, constando da pauta a possibilidade de uma greve geral para forçar o governo Colombo a retirar a PEC que trata da alteração estatutária e do referendo popular. No próximo dia 20 de setembro novas manifestações acontecerão na Assembleia Legislativa do Estado com início na parte da manhã e se



Battisti fala em nome do Sintespe e da CUT em defesa da Casan

estendendo para a parte da tarde.

No dia 31 de agosto foi realizado um ato em frente a sede matriz da CASAN, na Capital, oportunidade em que o presidente do SINTESPE, Antônio Battisti, externou a solidariedade as reivindicações dos trabalhadores da CASAN e apoio a luta contra a privatização. Transmitiu na oportunidade mensagem do presidente da CUT e dos delegados que estavam reunidos na Plenária Estadual, hipotecando todo o apoio político das entidade cunistas. Após o ato os dirigentes sindicais forçaram a participação na reunião do Conselho da CASAN, onde o presidente do SINTAEMA cobrou da direção da Empresa a retirada dos projetos da Assembleia Legislativa.

Dias depois, da tribunal da Câmara

Federal, o deputado petista Pedro Uczai, apresentou uma carta denuncia sobre um provável acordo pré-eleitoral, entre o então candidato a governador Raimundo Colombo e o empresário da Foz do Brasil, Empresa de Engenharia Ambiental da Organização Odebrecht, para a privatização da empresa estatal CASAN, em troca de um apoio financeiro para a campanha no valor de R\$ 2 milhões. A denuncia também foi protocolada no Ministério Público de Sana Catarina, Polícia Federal e Tribunal de Contas do Estado.

Para saber mais sobre a campanha em defesa da CASAN e das Empresas Públicas acesso o site do SINTESPE ([www.sintespe.org.br](http://www.sintespe.org.br)).

100% público

**Manifestação em defesa do SAMU**



Sindicalistas e representantes de Associações de Moradores realizaram um ato em frente ao prédio da Secretária da Saúde do Estado no dia 18/08. A manifestação teve como objetivo chamar a atenção para a tentativa de privatização do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu). De acordo com os organizadores do ato existem informações nos corredores da Secretaria da Saúde afirmando que o secretário Dalmo Claro de Menezes [presidente UNIMED] se posicionou contrário ao direito a estabilidade dos servidores que atuam no Samu. O secretário também teria afirmado que não haverá qualquer tipo de esforço por parte da Secretaria para destinar investimentos para o serviço móvel. A diretoria do SINTESPE participou da mobilização e está em alerta para impedir qualquer tipo de privatização e atentado ao serviço público. O sindicato mantém uma luta constante contra qualquer tentativa de privatização no serviço público.

# Participantes apresentaram experiências relacionadas as OS's

*SINTESPE reuniu as experiências e promoveu as ações deliberadas no Encontro*

Atendendo ao convite do SINTESPE, no dia 23 de julho na sede de formação da CUT, em Florianópolis (SC), 80 lideranças representantes de sindicatos, movimentos da saúde, movimentos populares, parlamentares de Santa Catarina, São Paulo, Paraná, Mato Grosso, Minas Gerais e Alagoas, reuniram-se no Encontro Pela Revogação da Lei das Organizações Sociais que terceiram e privatizam os serviços públicos. Foi uma oportunidade para conhecer as experiências de lutas travadas nos vários cantos do país, por movimentos de lutas que buscam unificar as forças na defesa dos serviços públicos e contra as privatizações. Relatos de vitórias contra a implantação das OS's em vários municípios fizeram ver que é possível trazer a população para a luta e impedir a transferência de serviços públicos para a gestão privada das organizações sociais.

Ao final do Encontro foi aprovado por unanimidade o manifesto público, intitulado como "Carta Compromisso de Florianópolis" que lançou a Campanha Nacional pela Revogação da Lei das OS's, impulsionada por um abaixo-assinado a ser entregue a presidenta Dilma Rousseff no mês de dezembro de 2011, quando deve acontecer a Conferência Nacional da Saúde. Foi ainda deliberado a constituição de Comitê Estadual contra a implantação das OS's nos hospitais públicos, começando pela defesa do Hospital Florianópolis, pela revogação da lei estadual da OS's, além da defesa da saúde 100% pública e de qualidade.

Falando da realidade dos serviços de saúde de SC, o Deputado Estadual Volnei Morastoni, presidente da Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa de SC, defendeu que é preciso combater a precarização das condições de trabalho dos servidores da saúde e destacou

a humanização do atendimento à população, afirmando que o Estado não pode abrir mão da obrigação constitucional de prestar diretamente serviços de saúde pública com qualidade para a população. Por fim, o Deputado se colocou a disposição para levar para o parlamento catarinense as propostas do Encontro.

O diretor do Sindprevs/SC, Márcio Fortes, presente ao Encontro, expôs a luta dos movimentos sociais da Grande Florianópolis, na defesa do Hospital Florianópolis.

De acordo com Edith Hoffmann, da Federação das Associação de Moradores do Estado de SC - FAMESC, a Saúde em Santa Catarina tem sido entregue para o setor privado. "O HEMOSC, o CEPON e o Hospital Infantil de Joinville já estão nas mãos de OSs e o governador Colombo quer entregar os outros, por isto estamos neste Encontro para barrar as OS's na saúde", atenta Edith.

Segundo Ângelo Barreto, vereador que barrou as OSs em Campinas, "é preciso matar o mal pela raiz, construir comitês pela revogação da Lei 9.637/98 e divulgar amplamente as resoluções desse Encontro".

A vereadora Juliana Cardoso (PT/SP) e presidente da Comissão de Saúde da Câmara de Vereadores de São Paulo, denunciou que em São Paulo 48% do orçamento da Saúde, mais de 2 bilhões de reais, está nas mãos de OSs. Para a vereadora as Organizações Sociais servem para permitir que os serviços públicos, como é o caso de hospitais públicos, possam ser geridos com recursos orçamentários do Estado. "Sem precisar fazer licitação, Concurso Público para contratar pessoal, prestação de contas dos gastos realizados, e mais, essa gestão privada implanta o 'atendimento de primeira classe' para quem pode pagar, ficando



dispensado de ficar na fila do SUS", comenta.

Para João Paulo Cechinel Souza, médico, secretário de Comunicação e Imprensa do Sindicato dos Médicos de São Paulo (SIMESP) o objetivo principal das sucessivas administrações privatistas paulistas vem sendo exterminar de vez com a gestão direta no setor da Saúde. Infelizmente, o "modelo" paulista vem sendo copiado por outras administrações estaduais e municipais Brasil afora, sob o coman-

do dos mais diversos partidos políticos, sem distinguir se aliados ou opositores do Governo Federal.

As adesões ao abaixo-assinado podem ser feitas no blog <http://organizacao-social-nao.blogspot.com> endereço que consta na integral da Carta Compromisso de Florianópolis, bem como os demais depoimentos e contribuições acumuladas no Encontro.



aposentados

## Reunião mobilizou os aposentados para lutar pela aprovação da PEC 270/2008 e PEC 555/2006

O SINTESPE realizou na tarde de sexta-feira, dia 26/08, mais uma reunião com os servidores aposentados da Grande Florianópolis onde foi tratada da mobilização para impulsionar a Campanha Salarial que será lançada pelo SINTESPE no próximo dia 22 de setembro. Também foi escolhido para representar os aposentados o servidor Aldo Cruz, que junto com a vice-presidente do SINTESPE Maria Claudia foi a Brasília, participar da mobilização pela aprovação do Projeto de Emenda Constitucional PEC 270/08 e 555/06. O SINTESPE está organizando o encontro estadual dos aposentados, juntamente com a organização dos servidores municipais e federais, para debater o tema e organizar a luta pela aprovação das PECs.

A PEC 270 garante ao servidor que tenha ingressado no serviço público até o dia 16 de dezembro de 1998, e aposentou-se em virtude de invalidez permanente, o direito à percepção

de proventos integrais, inclusive com revisão na mesma proporção e data da revisão da remuneração dos servidores em atividade.

A PEC 270/2008 não foi incluída no calendário de votações da Câmara dos Deputados para este ano. O governo culpa a crise pela não inclusão da PEC e avisou que nenhuma proposta que represente aumento de despesas entrará no calendário de votação. A intenção é que uma Comissão, composta também por membros da diretoria, junte-se a outras entidades do movimento social e sindical para pressionar os parlamentares no Congresso Nacional.

Ainda foi deliberado nesta reunião o calendário de novos encontros com os aposentados para integrá-los nas mobilizações setoriais e gerais da categoria. "Está mais do que confirmado que a política desenvolvida pelo ex-governador Luís Henrique da Silveira nos 8 anos de sua gestão, além de proporcionar



Reunião com os servidores aposentados impulsiona a Campanha Salarial

congelamento dos salários reduziu os benefícios dos aposentados principalmente com prejuízos quando do enquadramento das tabelas salariais, congelamento irregular de vantagens pessoais (VPNI), fim da paridade para os servidores aposentados por invalidez e com vencimentos proporcionais a partir de 2004. Portanto, chegou a hora de dar um

basta nesta situação mobilizando a categoria para resgatar benefícios e ver respeitado os direitos e conquistas", afirma o presidente do SINTESPE Antônio Battisti.

O próximo passo é estender essas reuniões para todas as regiões do estado para organizar os servidores estaduais aposentados.